



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Aos 6 dias do mês de junho de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.<sup>a</sup> parte

Audição da ANACOM, para apresentação do Plano de Atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, e sobre a reposição das ligações telefónicas destruídas pelos incêndios de outubro de 2017 (requerimento do PCP)

#### 2.<sup>a</sup> parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 190/XIII/3.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 30 de maio de 2018

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Plano de Desenvolvimento da Rede de Distribuição de Eletricidade - 2017-2021

– Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1442/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP)

– “Pela integração da EMEF na CP - defender o futuro da empresa e do sector ferroviário” e 1443/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Por um Plano Nacional de Material Circulante Ferroviário”

4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1060/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Pela necessária e urgente intervenção de recuperação da Estrada Nacional 114 (troço Montemor-o-Novo / Coruche)” e

1661/XIII/3.<sup>a</sup> (PS) – “Recomenda a realização de um estudo para uma intervenção no troço entre Montemor-o-Novo e Santana do Mato (EN 114)”

5. Petição n.º 505/XIII/3.<sup>a</sup> – Pela manutenção da Loja dos CTT da Araucária, Vila Real (1312 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.ª SL

– Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)

6. Petição n.º 508/XIII/3.ª – Solicitam a realização de obras no IP8/A26 e no aeroporto de Beja, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca - Beja - Funcheira, e melhores serviços de saúde (26101 subscritores)

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de relator (cabe ao PEV)

7. Outros assuntos

---

#### 1.ª parte

**Audição da ANACOM, para apresentação do Plano de Atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, e sobre a reposição das ligações telefónicas destruídas pelos incêndios de outubro de 2017 (requerimento do PCP)**

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente da ANACOM, bem como ao Vice-Presidente da ANACOM, ao Diretor de Regulação e Mercados e à Assessora de Imprensa que o acompanhavam, tendo dado de imediato a palavra ao Presidente da ANACOM para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Bruno Dias (PCP), Carlos Pereira e Ascenso Simões (PS), Heitor de Sousa (BE) e Pedro Mota Soares (CDS-PP), tendo o Presidente da ANACOM respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Pedro Coimbra (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Senhor Presidente da ANACOM em resposta conjunta.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

#### **2.<sup>a</sup> parte**

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 190/XIII/3.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 30 de maio de 2018**

A ata n.º 190/XIII/3.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 30 de maio de 2018, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Apreciação e votação do parecer sobre o Plano de Desenvolvimento da Rede de Distribuição de Eletricidade - 2017-2021**

**– Relator: Deputado Hugo Costa (PS)**

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o parecer, de forma circunstanciada, tendo realçado alguns pontos do Plano de Desenvolvimento da Rede de Distribuição de Eletricidade.

Usou da palavra o Senhor Deputado António Topa (PSD), para referir a redução do investimento da EDP em 50 milhões de euros, conforme parecer do regulador, passando o investimento específico e custos primários entre 2017 e 2021 a ser de 460 milhões de euros, e para destacar as deficiências que a rede de distribuição apresenta em alguns pontos, alertando para o impacto desses cortes na rede de distribuição e nas tarifas. Concluiu expressando concordância com o parecer.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1442/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Pela integração da EMEF na CP - defender o futuro da empresa e do sector ferroviário” e 1443/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Por um Plano Nacional de Material Circulante Ferroviário”**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que começou por solicitar a dispensa de vinda à Comissão da informação resultante desta discussão, uma vez que, em função dos trabalhos já programados, isso só seria possível daí a duas semanas. De seguida, apresentou os dois projetos de resolução em conjunto, tendo referido que nas diversas linhas ferroviárias se verificavam gravíssimos problemas de falta de material circulante e ao mesmo tempo existia material antigo mas de grande resistência que poderia ser recuperado pela EMEF. Afirmou que o seu grupo parlamentar propunha a existência de meios e capacidades em termos oficiais e humanos na EMEF para recuperar o material circulante existente e o planeamento das respostas para as necessidades do material circulante mais recente, lembrando que o mais novo tem já 20 anos. Afirmou também ser necessário planear a renovação do material circulante e colocar a questão central da incorporação nacional de trabalho na manutenção e fabrico desse material, para que não se esteja a comprar material “chave na mão” e ficar dependente do fabricante, sem qualquer incorporação nacional do ponto de vista técnico. Quanto ao futuro estratégico da empresa, propôs que a CP, tal como os operadores dos outros países da Europa, nomeadamente alemães, espanhóis e franceses, tivesse a manutenção incorporada na própria companhia. Lembrou que a TAP, quando era pública, fazia serviços de manutenção aeronáutica para companhias de outros países, pelo que nada impedia que a CP de fazer algo similar. Referiu também que, se o Governo colocava a objeção das ajudas do Estado como ameaça da União Europeia, em relação a capitalizações da empresa, o PCP defendia que uma empresa bem gerida com um contrato que permitisse um serviço público bem financiado não precisava de recapitalizações, pois uma gestão saudável permitiria a existência de equilíbrio financeiro, não sendo necessário haver recapitalização do Estado que fosse tratada pela União Europeia como ajuda de Estado. Argumentou que se podia defender a CP e a manutenção da ferrovia portuguesa por via da EMEF integrada na CP e considerou que deveria ser dada urgência máxima ao reforço de pessoal e aquisição de meios necessários para responder às necessidades, porque havia comboios que suprimidos por falta de manutenção e a EMEF sabia como resolver o problemas, mas, alertou, havia conhecimento técnico na EMEF que estava a ser perdido porque não havia rejuvenescimento de pessoal na EMEF.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS), Heitor de Sousa (BE), e Paulo Rios de Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) afirmou que o seu grupo parlamentar acompanhava o PJR n.º 1443/XIII/3.<sup>a</sup>, informou que a própria CP estava a fazer um levantamento das necessidades, com um plano de aquisição de material circulante bimodo, que podia operar em mais de um tipo de linha, não incluindo ainda o material circulante para a linha de Cascais, porque, apesar de este estar previsto no PETI3+, o Governo anterior não tinha deixado a verba necessária assegurada. Referiu tratar-se de um volume de investimentos enormíssimo, uma vez que o material circulante mais recente já tinha 20 anos e o restante tinha entre 30 e 40 anos. Quanto ao PJR 1442/XIII/3.<sup>a</sup>, o PS não o podia acompanhar, porque a integração proposta traria riscos muito sérios à CP e ao Governo, tendo em conta as questões do financiamento e o impedimento de ajuda às empresas 100% financiadas pelo Estado. Assim, informou, o que se estava a fazer era procurar parceiros, para fazer um agrupamento complementar de empresas da EMEF com a CP e que a seu tempo o Governo anunciaria a que solução tinha chegado.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que a discussão destes PJR devia ser um pouco mais cuidada, porque colocavam questões políticas estratégicas bastante importantes e tinham planos distintos de exequibilidade prática. Em seu entender, a opção estratégica do PJR 1442/XIII/3.<sup>a</sup> não respondia a uma situação que tinha a ver com a atividade atual da empresa. Lembrou que se tratava de uma empresa pública com boa parte da sua atividade desenvolvida para o setor privado e, se a EMEF fosse integrada na CP, a capacidade para desenvolver atividade para o setor privado ficaria reduzida, até porque teria de respeitar as diretivas comunitárias que a obrigariam a que 80% da sua atividade se destinasse à CP. Defendeu também que esta discussão devia ser tida também com os trabalhadores da EMEF, porque não lhe parece uma solução pacífica, e que merecia mais reflexão, tendo em vista o futuro do transporte ferroviário em Portugal. Referiu que o BE já tinha proposto que o Governo discutisse o futuro do transporte ferroviário, quando apresentou um projeto de resolução, que foi aprovado, para ser criado um plano ferroviário nacional. Prosseguiu,



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

afirmando que até agora esse plano não foi criado e a questão que se colocava em primeiro lugar era se devia ou não ser criado, reiterou que se deveria começar pelos alicerces e saber qual a estratégia para o desenvolvimento do transporte ferroviário em Portugal. Defendeu que este tipo de plano deveria vir em resultado de uma questão mais estratégica. Prosseguiu, afirmando que, com o PJR 1442/XIII/3.<sup>a</sup> se estava a “meter a carroça à frente dos bois”. Em relação ao PJR 1443/XIII/3.<sup>a</sup>, considerou que tinha coisas bastante acertadas mas estava um pouco desgarrado, porque lhe faltava a base para saber onde se iria funcionar com esse material circulante e quais as frequências a que vai responder. Em seu entender, as estratégias de aquisição e renovação de material circulante dependem de um plano de operação do operador de transporte público e a Assembleia da República definir qual é o material circulante que a CP deve utilizar é imiscuir-se na autonomia que as empresas devem ter. Se o PJR 1443/XIII/3.<sup>a</sup> fosse aprovado seria aplicado pela CP, por isso, afirmou, era preciso saber se a CP concordava com esta proposta ou não. Concluiu afirmando que a bondade da proposta era indiscutível mas a exequibilidade deixava muitas dúvidas.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) afirmou que, quanto a estes PJR, o PCP não procurava o apoio do PSD, pela maneira como foram elaborados. No que toca ao PJR 1442/XIII/3.<sup>a</sup>, o PSD não se revê na parte conceptual, considera-a uma reversão e não se revê nessa abordagem. Em relação ao PJR 1443/XIII/3.<sup>a</sup>, o tema e a preocupação existem, mas considerou que o tema era demasiado importante e profundo para se conseguir discutir nesta sede e desta forma. Argumentou que os fundamentos e valores de que o PSD se socorre lhe deixam alguma reserva quanto a estas iniciativas. Concluiu, expressando dúvidas sobre se a resposta a este problema seria esta, pelo que, em relação a esta última iniciativa, o PSD iria abster-se na votação.

Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), o Senhor Presidente lembrou que a Comissão tinha feito já na presente sessão legislativa uma audição do Presidente da CP, que falou em várias soluções para a EMEF e colocou vários cenários. Assim, propôs que se colocasse na agenda da Comissão a revisitação



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

deste tema e lembrou que tinha sido dirigido convite ao Presidente da CP para participar na Conferência sobre Transportes Públicos.

Para encerrar a discussão, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para referir que fazia sentido que o PSD tivesse afirmado não estar de acordo com o PJR 1442/XIII/3.<sup>a</sup>, à luz das políticas que tem defendido, pois se fosse hoje Governo a EMEF já seria uma empresa privada. Quanto à posição do BE, referiu haver alguns lapsos que convinha esclarecer, nomeadamente que a obrigatoriedade de 80% do trabalho prestado pela EMEF ser à CP era uma questão que tinha a ver com a dispensa de concurso público, no quadro jurídico atual da EMEF, mas se a EMEF fosse integrada na CP isso deixaria de ser exigido, pelo que, defendeu, o problema que o BE colocou como objeção para discordar da integração da EMEF na CP não era um problema mas, sim, a solução. Prosseguiu, afirmando que, uma intervenção que começa por dizer que esta discussão tem de ser mais cuidada e que acaba dizendo que não cabe à Assembleia da República decidir sobre o material circulante, é começar bem e acabar mal, pois o mínimo que se exige a quem se pronuncia sobre um projeto de resolução é ler o seu conteúdo. Prosseguiu dando conta dos termos resolutivos e desafiando os outros grupos parlamentares a demonstrarem qual, das diversas alíneas dos textos resolutivos, estava errada. Concluiu, reiterando que havia questões que eram urgentes e tinham de ser colocadas e na abordagem específica do seu faseamento tinha de haver uma resposta.

A discussão dos projetos de resolução foi objeto de [gravação](#), a qual pode ser consultada na página da Internet de ambas as iniciativas.

**4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1060/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Pela necessária e urgente intervenção de recuperação da Estrada Nacional 114 (troço Montemor-o-Novo / Coruche)” e 1661/XIII/3.<sup>a</sup> (PS) – “Recomenda a realização de um estudo para uma intervenção no troço entre Montemor-o-Novo e Santana do Mato (EN 114)”**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

Não havendo sugestões de correção à informação, o Senhor Presidente afirmou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser votados.

#### **5. Petição n.º 505/XIII/3.<sup>a</sup> – Pela manutenção da Loja dos CTT da Araucária, Vila Real (1312 subscritores)**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)**

Submetida a apreciação e votação, nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Presidente lembrou que estavam pendentes na Comissão mais duas petições sobre matéria conexa, cujo relator era o Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), e que esta petição poderia ser apreciada em conjunto com essas, pelo que foi o Senhor Deputado designado relator.

#### **6. Petição n.º 508/XIII/3.<sup>a</sup> – Solicitam a realização de obras no IP8/A26 e no aeroporto de Beja, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca - Beja - Funcheira, e melhores serviços de saúde (26101 subscritores)**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PEV)**

Submetida a apreciação e votação, nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Presidente afirmou que, seguindo a ordem de distribuição de petições, e uma vez que a petição do ponto da ordem do dia anterior tinha sido entregue ao PSD, tinha passado a caber ao CDS-PP indicar relator para esta petição, o que seria feito brevemente.

#### **7. Outros assuntos**





## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

O Senhor Presidente informou que tinha dado entrada na Comissão um requerimento do PSD para serem agilizadas as diligências para marcação da audição do Dr. Manuel Pinho, tendo dado a palavra ao Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), que sucintamente lembrou o requerimento anterior do PSD para audição do Dr. Manuel Pinho, as declarações à imprensa de que só teria disponibilidade para essa audição após ser ouvido pelo Ministério Público e o facto de ter deixado de ter estatuto de arguido, pelo que já não seria ouvido pelo Ministério Público, tendo concluído que, uma vez que deixou de existir esse óbice, que o próprio tinha colocado, não havia razão para não ser ouvido na Comissão.

Pronunciaram-se a este respeito os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para considerar o pedido estranho e questionar se não seria uma antecipação à audição do Dr. Manuel Pinho na comissão de inquérito entretanto criada, à qual teria obrigatoriamente de vir; e Luís Moreira Testa (PS), para considerar que com a intervenção do autor do requerimento estavam desfeitas as dúvidas que inicialmente tinha tido quanto ao fim do mesmo, e o Senhor Presidente, para reiterar que a audição estava já aprovada e o requerimento apenas pretendia que as diligências para a sua concretização fossem mais céleres.

O Senhor Presidente informou ainda que tinha sido enviado aos Deputados, com a documentação para esta reunião, o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre a tarifa social do gás natural.

A reunião foi encerrada às 14:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2018.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 193/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Carlos Silva  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Ernesto Ferraz  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Helga Correia  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Moreira Testa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Costa Silva  
António Topa  
Ascenso Simões  
Bruno Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: